

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 603 - Brasília, sexta-feira, 5 de dezembro de 1997

CAE aprova fim da TR para financiamentos da casa própria

Em dia de decisões importantes, a Comissão de Assuntos Econômicos também acolhe a prorrogação da CPMF até janeiro de 1999 e aprecia solicitações de diversos estados relativas a operações de crédito



A CAE debate uma solução para os contratos habitacionais. O objetivo é evitar que mutuários sejam penalizados por índice superior à inflação

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do Senado que extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) nos contratos do sistema de financiamento habitacional. A taxa deverá ser substituída pelo IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas - o mesmo índice que corrigirá os saldos das cadernetas de poupança. A CAE também aprovou parecer favorável a projeto de lei do Executivo que prorroga a incidência da CPMF até janeiro de 1999. Ainda na sessão de ontem, a comissão apreciou solicitações de créditos formuladas por vários estados. **Página 4**



Niemeyer, entre Abdias e ACM, chega à sessão

Homenagem aos 90 anos de Niemeyer

Uma data nacional - assim o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, definiu ontem a comemoração dos 90 anos do arquiteto Oscar Niemeyer. Presente à sessão de ontem, o arquiteto de Brasília

ouviu de 10 senadores de diferentes partidos a exaltação de seu caráter, de sua dignidade e de sua preocupação social - esta expressa tanto na vida profissional quanto na militância política. **Páginas 6 e 7**

Criado banco para financiar acesso do agricultor à terra

Substituto a projeto de lei que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária foi aprovado ontem pelo Senado em turno suplementar. Esta é uma das 488 propostas apreciadas em 1997. **Pág. 5**



O plenário votou projeto em turno suplementar

ACM dá por encerrado episódio do erro na MP

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desmentiu ontem, em entrevista, as versões de que teria pedido a demissão do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em função de erro contido na Medida Provisória 1.602. Ele garantiu que a correção do texto é suficiente para que o Congresso dê o episódio por encerrado.

- Não defendi, nem defendo, a saída dele, porque isso é um problema do Executivo, e não me cabe interferir, assim como não permito que o governo se meta nos assuntos do Senado - declarou.

Antonio Carlos disse que não sabe nem mesmo se o problema foi criado pela Re-



Antonio Carlos: permanência ou não de auxiliar é um problema do Executivo

ceita Federal ou por "outro setor da área da Fazenda", e enfatizou que "cabe ao Ministério da Fazenda identificar o autor, e não a mim".

- Eu, se fosse do Ministério,

identificaria quem causou o erro, e se houve dolo. Se não houve dolo, cada um tem o direito de errar - afirmou.

O senador lamentou que o relator da MP, deputado Ro-

berto Brant (PSDB-MG), tenha sido "injustamente acusado" no episódio. "Não se pode atacar a dignidade de um homem como ele, por um erro de alguém em quem confiou, e que é de outra área que não o Legislativo", comentou.

Na avaliação do presidente do Senado, as medidas adotadas pelo governo "melhoraram bastante, mas ainda há muito o que fazer".

Antonio Carlos Magalhães sugeriu uma alternativa para o adicional sobre a taxa de embarque nas viagens para o exterior.

- Deve-se manter a classe

econômica nos mesmos níveis de hoje, aumentar a classe executiva para oitenta ou cem reais, e a primeira classe para duzentos reais. Quem pode pagar deve pagar mais. É preciso fazer justiça social, e não prejudicar os que podem menos - argumentou.

Antonio Carlos não acredita em repercussão negativa das medidas para a popularidade do presidente Fernando Henrique, porque "ninguém capitalizou as possíveis consequências para os assalariados". Ele reafirmou que apóia a reeleição, e irritou-se com a insistência da imprensa em procurar fazer interpretações de suas declarações em sentido diferente.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado Federal

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (08.12.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado Federal

Terça-feira (09.12.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Hora do Expediente - será dedicado a homenagear a Manhã, pelo transcurso de seu dia (Requerimento nº 790/97, do Senador Romeu Tuma e outros)

Oradores inscritos: Romeu Tuma e Ney Suassuna

Pauta: "PDL nº 62/97 - aprova o texto do acordo relativo à readmissão de pessoas em situação irregular, celebrado entre o governo da República do Brasil e o governo da República Francesa; terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; "Projeto de Resolução nº 153/97 - autoriza a prefeitura municipal de Anchieta - ES a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 350 mil, cujos recursos, oriundos dos FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele município; "Projeto de Resolução nº 156/97 - autoriza a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor de 50 milhões de dólares norte-americanos, destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército; "Mensagem nº 152/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Agripino Maia, ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto; "Mensagem nº 178/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Helder Martins de Moraes, ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, às Repúblicas de Seychelles, Tanzânia, Madagascar e Reino da Suazilândia; "Mensagem nº 179/97 - submete à deliberação do Senado o nome do senhor Bernardo Pericás Neto, ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Paraguai; e Mensagem nº 185/97 - submete à deliberação do Senado o

nome do senhor Guilherme Fausto da Cunha Bastos, ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Quarta-feira (10.12.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Hora do Expediente - será dedicado a comemorar o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Requerimento nº 383/97, da senadora Benedita da Silva e outros)

Oradores inscritos: Benedita da Silva, Júlio Campos, Sebastião Rocha, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Abdias Nascimento

Pauta: "PLC nº 39/96 - acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e quarto dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

Quinta-feira (11.12.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Hora do Expediente - será dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte (Requerimento nº 332/97, do senador Francelino Pereira e outros)

Oradores inscritos: Francelino Pereira e Júnia Marise

Pauta: Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

COMISSÕES

Segunda-feira (08.12.97)

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do Relatório Final ao Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1998. *Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Terça-feira (09.12.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Jaconias de Aguiar e do senhor Luciano Pacheco Santos para comporem a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do Relatório Final ao Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1998. *Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

18h30 - Comissão Especial da Programação de Rádio e TV

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Delegação de bancos vai à CAS

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebeu ontem a delegação do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está avaliando a operacionalização do Programa de Reforço à Organização do Sistema Único de Saúde (Reforus). Ele explicou que a CAS fiscalizará a operacionalização do programa, que terá a duração de três anos.

Está previsto o empréstimo

de US\$ 650 milhões para atender a 850 projetos, dos quais 250 estão aprovados e 90 se encontram com os convênios assinados.

O programa inclui reequipamento e reforma de postos de saúde, hospitais, laboratórios e hemocentros. Os representantes do BID, Pablo Roldan, e do Banco Mundial, Alexandre Abrantes, têm uma avaliação bastante boa sobre o projeto, que, segundo eles, está avançando favoravelmente.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucidilo Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a pesquisa da Unesco que traça um perfil dos adolescentes (inédito)
 7h40 - "Senado em Pauta"
 8h - Debate com o escritor russo Victor Ampilov sobre os acontecimentos na Rússia na última década (representação)
 9h - Sessão plenária (vivo)
 Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos de 04/12
 14h30 - Sessão plenária (representação)
 19h30 - "Sete Dias na Política" com o senador Edison Lobão (PFL-MA) e o deputado Paulo Delgado (PT-MG)
 20h30 - Debate com o escritor russo Victor Ampilov (representação)
 21h30 - "Fala, Cidadão" - que responde a perguntas feitas através do serviço 0800-612211
 22h - "Congresso Hoje" - resumo da semana
 1h - "Sete Dias na Política" (representação)
 2h30 - Sessão plenária (representação)
 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)
 0h - Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens institucionais e especiais e o programa "Fala, Cidadão"

Destaque da programação do fim de semana:

Sábado
 10h - Comissão de Constituição e Justiça de 03/12 - arguição pública do general Germano Arnoldi Pedrosa, indicado para ministro do STM
 14h - Sessão do Congresso Nacional de 03/12 - votação das medidas provisórias do ajuste fiscal
 Domingo
 10h - Comissão de Assuntos Sociais de 03/12 - discussão do projeto de lei que regulamentou os seguros e planos de saúde
 14h - Sessão do Congresso Nacional de 03/12 - votação das medidas provisórias do ajuste fiscal

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 8h45 - "Plenário em Revista"
 9h - Sessão plenária
 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 19h - "A Voz do Brasil"
 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 0h - Retransmissão da sessão plenária
 SÁBADO
 8h - Resenha da semana (plenário)
 10h - Resenha da semana (comissão/presidência)
 10h30 - "Autores e Livros"
 11h - "A Música Erudita e seus Mestres"
 15h - Resenha da semana (plenário)
 16h - "A Boa Música do Brasil"
 22h - "Século XX"
 DOMINGO
 8h - Resenha da semana (plenário)
 10h - Resenha da semana (comissão/presidência)
 11h - "A Música Erudita e seus Mestres"
 15h - Resenha da semana (plenário)
 16h - Resenha da semana (plenário)
 17h - "Século XX"
 19h30 - "Autores e Livros"
 22h - "A Boa Música do Brasil" - informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 20h - Música e informação
 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 22h45 - Música e informação
 0h - Retransmissão da sessão plenária
 4h - Música e informação até as 7h30

Senador classifica a medida provisória de erro político e diz que - apesar do compromisso do líder do governo de aprimorá-la - melhor seria não reeditá-la, "de tão ruim que é"

Simon sugere que governo desista da MP sobre idosos e deficientes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem ao governo a retirada da medida provisória referente aos idosos e portadores de deficiência que vivem em estado de pobreza absoluta, classificando a edição da MP como um erro político, a que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi induzido por sua assessoria.

Ele elogiou a agilidade do líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que evitou a votação da medida na sessão da noite de quarta-feira (dia 3), "quando o governo poderia ser

derrotado", e comprometeu-se a buscar seu aprimoramento quando da reedição.

Na avaliação de Simon, "melhor seria não reeditar essa medida, pois não há como melhorá-la, de tão ruim que é". O senador mostrou-se surpreso, "depois de conviver tanto tempo com Fernando Henrique Cardoso", em constatar que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães - a quem sempre fez restrições, conforme disse -, demonstrou "a sensibilidade que Fernando Henrique não tem" ao tratar do assunto.

Pedro Simon concluiu ser urgente colocar "alguém com sensibilidade política na secretaria da Presidência", aproveitando o fato de, conforme assinalou, o atual titular ter manifestado de público a intenção de abandonar o cargo.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) aparteu Simon para registrar o "elogio ao governo" no tratamento da questão. O senador gaúcho enfatizou que elogiou a liderança política do governo no Congresso, que contribuiu para a retirada de pauta da medida.

Benedita aponta desrespeito na intenção de alterar benefícios

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) protestou ontem contra a maneira - por ela considerada "deselegante" - com que a Mesa do Congresso impediu, na véspera, a votação da Medida Provisória nº 1.599, que trata dos direitos dos idosos e dos portadores de deficiência. A senadora também admite a possibilidade de arguir a inconstitucionalidade da medida.

Benedita alertou também para o desrespeito contido no parágrafo da MP que diz que a concessão do benefício de um salário mínimo mensal a idosos e deficientes ficará sujeita a exame médico e laudo



Benedita vê inconstitucionalidade

realizados pelo INSS.

- Desculpem-me o termo, mas para quem mora "na tanga da mironga do caburê", que

não tem o serviço do INSS, que está sem condição de se locomover, eles não garantiram absolutamente nada - destacou a senadora, lembrando que a oposição pediu que se colocasse o SUS ou outra instituição credenciada pelo INSS para fazer a perícia.

No que se refere ao conceito de família, a senadora esclareceu que a proposta da oposição era manter o conceito mononuclear, isto é, aquela formada pelo pai, mãe e filhos, para evitar que demais parentes fossem agregados, dando pretexto para que a renda familiar mínima fosse ultrapassada e o benefício suspenso.

Júnia denuncia política "recessiva" do governo

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) denunciou ontem, no plenário da Casa, a política "recessiva" do governo Fernando Henrique Cardoso, cujo "pacote de medidas trará mais falências e concordatas".

De acordo com a senadora, o presidente da República não tem razão em criticar o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômi-

cas), quando estudos dessa instituição indicam um aumento no desemprego da população economicamente ativa da região metropolitana de São Paulo, que já teria atingido 16,5%.

- O próprio ministro Malan reconheceu que o pacote trará mais desemprego - destacou Júnia Marise, observando que estão se multiplicando as propostas de reduções de salários e jornadas de tra-

balho, tanto no setor público quanto no privado.

Júnia dirigiu apelo ao governo para que retire a medida provisória que altera a legislação sobre o pagamento de benefícios para idosos e portadores de deficiência, cuja votação pelo Congresso foi suspensa pela própria liderança governista, que anuncia a intenção de buscar seu aprimoramento na reedição da MP.

Mudança no regime jurídico do funcionalismo

O projeto de conversão da Medida Provisória 1.595, que alterou a legislação referente ao serviço público, incorporou mudanças substanciais no regime jurídico do funcionalismo, dispondo, por exemplo, que o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança está submetido ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

O Congresso excluiu da MP o texto segundo o qual os servidores ocupantes desses cargos não teriam direito a qualquer adicional ou vantagem, como horas extras. O mesmo dispositivo manda observar o artigo 120, o qual dispõe que o servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo havendo compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.



Júnia teme mais desemprego

Comissão de Assuntos Econômicos aprova, em caráter terminativo, projeto de lei do senador José Serra que estabelece a utilização do IGP-M para corrigir também as cadernetas de poupança

TR deixa de corrigir saldo da casa própria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do Senado que extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) para os novos contratos do sistema de financiamento da habitação. O projeto, de autoria do próprio presidente da CAE, teve como relator o senador Romero Jucá (PFL-RR). José Serra disse que, agora, o índice de reajuste maior que a inflação será substituído por um mais razoável, protegendo assim os novos mutuários.

O relator esclarece que a proposição tem o objetivo de desvincular da variação da TR a correção do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e as sentenças judiciais de responsabilidade dos erários federal, estaduais e municipais. Conforme Romero Jucá, isso vai determinar que os saldos das cadernetas de poupança passem a ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) em substituição à Taxa Referencial (TR). Nesse sentido, afirma Jucá, os depósitos em caderneta de poupança passarão a variar em juros mínimos de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês.

O senador disse também que a remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de aplicação, ficando a cargo do Banco Central instituir e disciplinar outras modalidades de caderneta de poupança para financiar programas habitacionais.

O projeto determina ainda que os saldos devedores e as prestações dos contratos de financiamento para aquisição da casa própria passem a ter seus valores corrigidos pelo IGP-M. A proposição, que foi aprovada por unanimidade pela comissão, vai agora à Câmara dos Deputados se não houver recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado.



Serra, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, pretende proteger mutuários com índice menor

CAE aprova prorrogação da CPMF

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou também na reunião de ontem parecer favorável a projeto de lei oriundo da Câmara, de iniciativa do Executivo, que prorroga a incidência da Contribuição Provisória so-

bre Movimentação Financeira (CPMF) até janeiro de 1999.

O relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), destacou que a ampliação para 24 meses do período, inicialmente fixado em 13 meses, não ultrapassa o li-

mite máximo de dois anos estabelecido por lei para a cobrança daquela contribuição. A CPMF começou a ser cobrada em 23 de janeiro deste ano.

O projeto será submetido, agora, à apreciação do plenário do Senado.

Autorizados recursos para defesa civil em prevenção ao El Niño

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização autorizou ontem o Executivo a abrir, no Orçamento da Seguridade Social, crédito suplementar de R\$ 150 milhões em favor do Ministério do Planejamento, para despesas com o sistema de defesa civil.

O reforço orçamentário busca responder às previsões meteorológicas associadas ao aquecimento das águas do Pacífico - *El Niño* - e prevenir possíveis calamidades públicas e estados de emergência, como já ocorreu no Rio Grande do Sul.

Em seu parecer favorável, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) enfatizou que o Executivo, com o projeto, dá uma resposta à comissão especial cria-

da para propor medidas preventivas nas regiões sujeitas ao fenômeno *El Niño*, assumindo sua responsabilidade pela segurança dos cidadãos.

A comissão também autorizou o Executivo a abrir crédito suplementar de R\$ 30,7 milhões, destinados a custeio e investimentos do MPU, STJ e outros órgãos do Judiciário.

Foi aprovado ainda requerimento do deputado Paulo Bernardo, dirigido ao BNDES, para saber o montante de recursos do PIS/Pasep e do FAT transferidos para o banco. Outro requerimento aprovado solicita ao ministro do Planejamento o envio do Programa de Despesas Globais das Estatais.

Infra-Estrutura analisa indicações para Aneel

A Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se terça-feira para apreciar as indicações dos nomes de Jaconias de Aguiar e Luciano Pacheco Santos para compor a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O relator das indicações é o senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

O engenheiro elétrico Jaconias de Aguiar exerce atualmente o cargo de diretor-presidente da Centrais Elétricas Mato-Grossenses, depois de haver estado à frente das diretorias das companhias de eletricidade da Bahia e do Ceará.

Também engenheiro elétrico pós-graduado em Administração, Luciano Pacheco Santos é o coordenador-geral econômico-financeiro do DNAEE.

Comissão aprecia créditos para estados

A CAE aprovou parecer favorável à solicitação do governo de Mato Grosso para que seja autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinados a promover o equilíbrio fiscal e financeiro do estado. O senador Júlio Campos (PFL-MT) exigiu que o estado comprove o uso de 50% dos recursos obtidos com a privatização da Centrais Energéticas de Mato Grosso no pagamento da dívida pública.

Também aprovado parecer favorável a pedido de autorização encaminhado pelo Executivo para operação de crédito externo entre o Brasil e o Bird, no valor de US\$ 20 milhões. Os recursos financiarão o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central. Projeto da Câmara, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas foi aprovado. O relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), apresentou emendas ao projeto.

Parecer do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) ao pedido de contratação de crédito externo no valor de US\$ 20 milhões de principal para o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central foi outra das proposições aprovadas. A comissão aprovou, ainda, os pareceres favoráveis às solicitações do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do município de São Paulo para emitir letras financeiras destinadas ao giro das suas dívidas mobiliárias. Os relatores foram os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Gilberto Miranda (PFL-AM). Contrato de refinanciamento de dívidas entre a União e o estado da Bahia, referente ao Programa de Apoio ao Ajuste Fiscal, também teve o parecer do senador Freitas Neto (PFL-PI) aprovado. Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a absorção pela União de saldo devedor de operação de crédito interno contratada pelo DNER, com parecer favorável do senador Levy Dias (PPB-MS), foi aprovado.



Amin, no detalhe, é autor da proposta relatada em plenário por Alcântara (em pé)

Com 11 emendas de Osmar Dias e uma de José Eduardo Dutra, o projeto de Esperidião Amin é aprovado em turno suplementar

Novo banco facilita acesso do agricultor à propriedade

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, o substitutivo a projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Nessa segunda votação, o plenário aprovou 11 emendas do senador Osmar Dias (PSDB-PR) e uma do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), todas com parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Com as emendas de Osmar Dias, o texto aprovado em primeiro turno passa a ter as seguintes modificações:

- o Fundo de Terras e da Reforma Agrária passa a ser designado também por "Banco da Terra";

- três novas fontes de recei-

ta para a constituição do fundo são estabelecidas: valores das contas bancárias não recadastradas, recursos do BNDES e Títulos da Dívida Agrária (TDAs);

- a receita do fundo será usada apenas na compra de terras, e não na venda destas, também por cooperativas e associações de assentados;

- os projetos serão elaborados, e não apenas executados, nos estados e municípios;

- os projetos de assentamento rural no Semi-Árido deverão contemplar, na respectiva infraestrutura, componentes individualizados de irrigação, possibilitando a cada assentado receber água dentro do seu respectivo lote;

- o prazo de amortização do financiamento para a compra de

imóveis rurais será de até vinte anos, incluída a carência de até trinta e seis meses, e os juros ficarão limitados em 12% ao ano, podendo ser estabelecidos redutores de até 50% sobre as parcelas de amortização do principal e dos encargos financeiros;

- o financiamento com recursos do fundo é vedado a pessoas que se encontrem em diversas condições explicitadas no projeto, para que os recursos sejam dirigidos ao maior número de pessoas carentes;

- o dispositivo que trata da fiscalização das atividades do fundo é suprimido, pois, segundo Osmar Dias, a matéria está disciplinada em outros diplomas legais;

- a competência do órgão gestor do fundo fica disciplinada, tornando-o mais operativo e descentralizando as atividades relativas a sua gestão;

- as operações do fundo ficam desoneradas de obrigação fiscal;
- as cooperativas e associações podem receber financiamentos do fundo, e as atividades coletivas gerenciadas por essas entidades ficam permitidas; e

- a alienação de terras e benfeitorias nos projetos de assentamento fica proibida.

Já a emenda de Dutra suprime dispositivo da lei que inclui, entre os recursos que compõem o Fundo de Terras, os destinados ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, desde que não vinculados a projetos ou atividades específicas.

Balanço do ano revela 488 propostas examinadas até hoje

O projeto de lei que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, também denominado de Banco da Terra, foi uma das 10 matérias aprovadas pelo plenário do Senado nesta semana (de 1º a 5 de dezembro). Elas fazem parte de um total de 488 propostas apreciadas pela Casa em todo o ano de 1997, das quais 384 foram aprovadas. Durante as 234 sessões realizadas pela Casa, desde a abertura dos trabalhos legislativos, no dia 6 de

janeiro, quatro emendas constitucionais foram aprovadas pelo Senado.

Ainda nesta semana, o plenário aprovou projeto de lei prorrogando por dois anos - até 1º de janeiro de 2000 - o prazo para entrada em vigor de dispositivo da Lei Kandir sobre a legislação que rege o imposto cobrado pelos estados e o Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO:

(de 6 de janeiro a 5 de dezembro de 1997)

Projetos aprovados e enviados à promulgação	198
Projetos aprovados e enviados à Câmara	111
Projetos aprovados e enviados à sanção	40
Mensagens relativas à escolha de diplomatas	21
Mensagens relativas à escolha de autoridades	14
Total de matérias aprovadas	384
Projetos enviados ao arquivo	104
Total de matérias apreciadas	488

(de 1º a 5 de dezembro de 1997)

Projetos aprovados e enviados à promulgação	8
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Total de matérias aprovadas	10

Emissoras de rádio têm concessões renovadas

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação, reunida sob a presidência do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem pareceres favoráveis à renovação de concessões para exploração de serviços de radiodifusão sonora para as seguintes emissoras: Rádio Capixaba Ltda., de Vitória; Rádio Brasil de Adamantina Ltda, de Adamantina (SP); Rádio Difusora, de Londrina (PR); Rádio Brasil Sociedade Ltda, de Valinhos (SP); Rádio Marumby Ltda, de Florianópolis; Rádio Tropical, de Itapeverica da Serra (SP); Rádio Arapongas S/A, de Arapongas (PR); e Rede Tocantins de Comunicação Ltda., de Porto Nacional (TO).

As matérias, oriundas do Poder Executivo, serão agora submetidas à deliberação do plenário do Senado.

Na discussão das matérias, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), falando como líder do Bloco Oposição, pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que seja implantado o Conselho Nacional de Comunicação Social. Antonio Carlos informou que irá tomar as providências para implantar o conselho.

Mudanças no ICMS

Projeto de lei do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que altera a legislação do imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação também foi aprovado ontem pelo plenário.

A proposta prorroga por dois anos - para o dia 1º de janeiro do ano 2000 - a entrada em vigor de dispositivo da chamada Lei Kandir que autoriza os contribuintes a se creditarem do ICMS inciden-

te nas aquisições de bens de uso e consumo do estabelecimento. O projeto vai agora à apreciação da Câmara dos Deputados.

Os senadores aprovaram ainda projeto de resolução que autoriza o Ceará a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária do estado. Outro projeto de resolução aprovado autoriza a elevação temporária do limite de endividamento do estado da Paraíba, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil no valor de R\$ 23 milhões.

90 ANOS DE OSCAR NIEMEYER

Os 90 anos de vida do mais conhecido arquiteto brasileiro de todos os tempos foram comemorados ontem em plenário, durante a Hora do Expediente, por requerimento do senador Roberto Freire, hoje no PPS-PE mas durante longo tempo companheiro de Oscar Niemeyer no Partido Comunista Brasileiro. Muitos senadores ocuparam o microfone para elogiar a obra máxima do profissional mundialmente reconhecido e famoso -



Brasília. Em todos os discursos, também, não faltou uma palavra de reconhecimento à retidão de caráter, à fidelidade ideológica e à solidariedade, seja com companheiros como Luiz Carlos Prestes, seja com o cidadão humilde e pobre, vítima da realidade social brasileira. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, resumiu: "O aniversário de Oscar Niemeyer é uma data nacional".

Uma hora de louvor pelo aniversário do gênio



Arruda: sociedade menos desigual

Festa é de todos os que acreditaram no sonho de Brasília

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que a obra de Niemeyer quebrou preconceitos e regras estabelecidas:

"Esta homenagem é a tudo que Niemeyer representa. No plano profissional e no plano da História deste país, é uma homenagem a todos os brasileiros que acreditaram no sonho de construir uma nova capital no centro do Brasil. É uma homenagem a Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Bernardo Sayão e outros. Mas é uma homenagem, também, ao mais humilde operário, que veio de caminhão, de lombo de burro, de todas as regiões, com suas famílias e suas esperanças, acreditando que Brasília, além de uma bela cidade, seria o início da construção de uma sociedade menos desigual".

"Niemeyer será lembrado não apenas pelas suas obras, pelos seus traços, mas pela capacidade de acreditar que um dia haveremos de construir com solidariedade, fraternidade, um nação melhor."



Suassuna: os valores coletivos

Brasil valoriza "um dos heróis ainda em vida"

Após citar as mais importantes obras assinadas por Oscar Niemeyer, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que suas criações, "com sua escultura da função social, polarizam e inspiram os melhores e mais elevados valores coletivos".

Para Suassuna, o Brasil tem o privilégio de cobrir de afeto e admiração um "dos seus heróis ainda em vida". No caso de Niemeyer, destacou, "vida ainda ativa, generosamente criativa, como tem sido década após década".

O senador lembrou que a Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, uma das obras mais conhecidas de Niemeyer, chamou a atenção de Juscelino Kubitschek, que "decidiu construir Brasília com o desenho do arquiteto em seus principais edifícios".

"Podemos afirmar que foi mais forte a marca pessoal de Niemeyer em Brasília do que de Le Corbusier em Chandigarh, capital do Punjab, na Índia."



Freire destaca a militância

Responsabilidade social, acima da arquitetura

O senador Roberto Freire (PPS-PE) destacou o caráter social e a militância política que acompanhou toda a vida "do maior arquiteto brasileiro", cuja obra, conforme acentuou, deseja provocar o êxtase e a poesia. "Ele está de tal modo imbuído de responsabilidade social que a própria arquitetura parece algo menor para ele", assinalou.

Roberto Freire lembrou declarações feitas por Niemeyer à imprensa, considerando o próprio trabalho secundário ante a situação de miséria e falta de liberdade do país, "em que nossos irmãos mais pobres estão com fome e desespero, e a polícia a perseguir-los".

"Aqueles que conhecem a inteireza da biografia do homenageado sabem que a militância política e suas claras tomadas de posição em face de questões nacionais e internacionais sempre moldaram seu comportamento público, independentemente se elas afetariam ou não sua atividade profissional."



Benedita: citando Darcy Ribeiro

Obra transcende fronteiras e chega a vários países

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a importância das obras do arquiteto, sempre comprometido com o povo e com as questões sociais, para a formação da identidade nacional. "Ele é um dos principais arquitetos do século XX e uma das referências intelectuais mais importantes de nosso país."

"O que seria do mundo sem Oscar Niemeyer? O que seria de nós se se houvesse multiplicado só essa horrível arquitetura mercantil, que constrói a imensa maioria dos prédios que se erguem no mundo inteiro? Felizmente, Oscar surgiu como o arquiteto do concreto, à altura da plasticidade incomparável que esse novo material oferecia à arquitetura" - essas são palavras de Darcy Ribeiro que tomei emprestado, por acreditar que ninguém melhor que o saudoso senador para traduzir a beleza das obras do artista", afirmou.

"Sua obra transcende fronteiras, espalhando-se por vários países."



Francelino: Pampulha é marco

Artista, sonhador e preocupado com a miséria

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o mês de dezembro reserva a oportunidade de comemorar duas datas de grande expressão para Minas Gerais e para o Brasil: o centenário de Belo Horizonte, no dia 12, e os 90 anos de Niemeyer, no dia 15.

"Há, sem dúvida, uma interação entre Oscar Niemeyer e Minas, particularmente Belo Horizonte. Foi o então jovem prefeito, Juscelino Kubitschek, quem deu a Niemeyer a oportunidade de exibir e desenvolver seu enorme talento, ao entregar-lhe a construção de uma série de edifícios ao redor da recém-construída lagoa da Pampulha."

"A construção do conjunto da Pampulha, um marco expressivo na cultura mineira e nacional, levou Belo Horizonte a liderar a nova concepção da arquitetura, inspirada no barroco mineiro. A vitalidade e a juventude de Niemeyer nos impressionam. Ele é o mesmo sonhador, artista, democrata, preocupado com a miséria, a pobreza, um cidadão do mundo, voltado ao destino da humanidade."

90 ANOS DE OSCAR NIEMEYER



Antonio Carlos: lembrando JK

Uma data para toda a nação, reconhece ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu que todo o Brasil comemora os 90 anos de Niemeyer, porque esta é uma data nacional.

"Entre todas as homenagens já prestadas pelo Senado, a dedicada a Niemeyer seria das mais significativas, pois prestada em sua própria casa, a casa do povo brasileiro, criada por ele, que é um dos seus mais autênticos representantes."

Antonio Carlos Magalhães lembrou que esteve presente à inauguração de Brasília e salientou que, com Oscar Niemeyer, é preciso lembrar também "a figura do maior presidente do Brasil contemporâneo, Juscelino Kubitschek". JK amava seu povo e a arte do arquiteto, frisou, e graças a isso o Brasil pode hoje admirar obras notáveis, cujas linhas arquitetônicas o lembrarão para sempre.



Suplicy: direito à cidadania

Solidariedade, de Prestes ao mais humilde

"O sonho de Oscar Niemeyer se realizará na medida em que as suas aspirações vierem a se concretizar", disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). "A solidariedade natural de Niemeyer comove, ao lado da beleza de suas obras". O senador lembrou o apoio emprestado pelo arquiteto não apenas a Luis Carlos Prestes e outros companheiros no Partido Comunista Brasileiro, mas também aos trabalhadores, àqueles que foram perseguidos e torturados, e os que estão lutando pelo direito à cidadania e à justiça.

Suplicy ainda destacou a atuação política de Niemeyer e uma das passagens do arquiteto pelo DOPS quando foi chamado para explicar "o que pretendiam os comunistas com a sua luta". Segundo o senador, Niemeyer teria respondido que os comunistas queriam mudar a sociedade, acabando com as injustiças. Mas o escrivão, antes de escrever o depoimento, olhou para Niemeyer e disse: "Vai ser difícil, doutor".



Simon: país sem referências

Dignidade, caráter e principalmente preocupação social

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que o arquiteto é uma referência permanente para o Brasil. "um país com poucas referências", pela sua dignidade, seu caráter, sua seriedade, mas, principalmente, sua preocupação social.

"Além da sua genialidade e do arquiteto fantástico, referências para o mundo inteiro, a retidão de Niemeyer é referência para o nosso país. Ele não quer só a beleza de Brasília, mas também justiça social. A vida de Niemeyer mostra que vale a pena qualquer caminhada."

Na opinião de Simon, os 90 anos de Oscar Niemeyer são tão importantes quanto os 90 anos de verticalidade e fidelidade de princípios do arquiteto:

"Devemos homenagear a beleza arquitetônica de suas obras sim, mas que bom lembrar do Niemeyer social e fraterno."



Campos: MT deve muito a ele

Brasília dinamizou o Centro-Oeste, destaca Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que o Centro-Oeste e a Amazônia devem muito a Oscar Niemeyer e a Juscelino Kubitschek, enfatizando que a construção de Brasília foi muito importante para essas regiões e que a nova capital tornou o Mato Grosso um estado gigante.

Júlio Campos ressaltou o prestígio internacional de Niemeyer, que, na sua opinião, projetou o Brasil no exterior. "Feliz o homem que possa chegar aos 90 anos com a lucidez, com a capacidade de trabalho e luta como está chegando Niemeyer", afirmou.

O senador lembrou ainda que, quando primeiro-secretário da Mesa do Senado, no biênio 1993/94, pôde contar com o apoio de Niemeyer que, durante três dias, na "sua simplicidade e humildade" fez questão de acompanhar toda a reforma do prédio do Senado.



Leonel: maravilhas da arquitetura

Um convite à criação de novas "maravilhas"

O senador Leonel Paim (PTB-DF), como representante de Brasília, disse que gostaria de ver Oscar Niemeyer morando na capital do país, "produzindo por mais tempo outras inigualáveis maravilhas da arquitetura praticada em todo o mundo".

A propósito, lembrou que Niemeyer talvez não resida no Distrito Federal devido "ao forte tormento que a ele causam as viagens aéreas, mesmo as mais seguras", mas manifestou a *esperança* - que é o símbolo de Brasília - de que um dia isso aconteça.

Conforme Leonel Paim, Oscar Niemeyer conferiu ao conjunto arquitetônico de Brasília "o desejável caráter monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido de expressão palpável, consciente daquilo que vale e significa".

"Apenas trabalhei, chorei e ri, como quis o destino"

Após as homenagens que lhe foram prestadas pelos senadores, o arquiteto Oscar Niemeyer, confessando-se emocionado, disse

que não aceita bem essas homenagens, pois "não mereci tanto". Segundo afirmou, ele apenas trabalhou, chorou e ri "como quis o destino".

Quanto às suas preocupações sociais, Niemeyer afirmou que elas se baseiam no sentimento "de que a miséria não é justa".



Oscar Niemeyer: a miséria não é justa

Senador diz que projeto Farmácia Básica, lançado pelo ministro Carlos Albuquerque, representa grande avanço no sentido de acabar com as doenças que atingem a população de baixa renda das regiões mais pobres

Jucá elogia programa de saúde pública



Amorim: população insegura

Amorim apela por segurança em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apelou ontem ao ministro da Justiça no sentido de que intervenha junto ao governo de Rondônia para que sejam providenciados os meios necessários ao funcionamento da Secretaria de Segurança Pública daquele estado. Segundo afirmou, a maioria dos 52 municípios está completamente desassistida por esse setor.

Conforme Amorim, uma das situações mais críticas é a do município de Cacoal, o segundo em volume de arcação no estado, onde as viaturas da polícia estão impedidas de patrulhar a área porque falta combustível e há muito tempo os policiais estão precisando de um reajuste salarial.

Ernandes Amorim citou também o exemplo de São Felipe, município que não tem sequer um policial, uma delegacia ou um quartel para dar segurança à população. Na cidade, disse, morre assassinada quase uma pessoa por dia.

O senador esclareceu que os parlamentares recebem apelo de vários segmentos da sociedade para que solicitem ajuda visando a que Rondônia possa oferecer segurança à sua população.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou ontem o ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, pelo que considera um dos mais importantes projetos de saúde pública para as regiões mais pobres do país - o programa Farmácia Básica.

Conforme o senador, o significado desse projeto se revela entre as populações de baixa renda, "que não dispõem de recursos econômicos suficientes para adquirir os medicamentos necessários a tratamento médico, inviabilizando-se assim a eficácia de qualquer programa de saúde pública".



Jucá: Saúde está melhorando

Jucá disse que as doenças se agravam nas regiões mais carentes e distantes, onde há dificuldade de transporte e comunicações, como é o caso de

Roraima. "Todos os senadores que representam os estados mais pobres da Federação conhecem o problema da saúde pública dos municípios, na teoria e na prática", acrescentou o parlamentar.

Ele explicou que, muitas vezes, existe o hospital mas não o equipamento necessário ao seu funcionamento normal. Outras vezes, existem edificações e equipamentos, mas não existem médicos nem enfermeiras. "E em alguns lugares, existe tudo isso, mas não existe o medicamento. Daí, a minha satisfação com o programa Farmácia Básica", afirmou.

Emília quer campanha contra a Aids dirigida para o interior

Ao destacar ontem a passagem, em 1º de dezembro, do Dia Mundial de Luta contra a Aids, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) ressaltou que, conforme dados do Ministério da Saúde, há maior disseminação do vírus HIV nas regiões interiores do país, atingindo recém-nascidos, crianças, adolescentes e mulheres, a maioria "casadas, monogâmicas, apaixonadas e fiéis". Isso evidencia, a seu ver, "que os setores menos informados ou alertados para os riscos de contaminação estão sendo as maiores vítimas da doença".

É frente a esse quadro, segundo ela, que cresce a importância de campanhas voltadas especificamente para esses segmentos da população, por



Emília cobra verba para o campo

representarem um compromisso da sociedade na luta contra a doença e com a prevenção contra sua disseminação.

PRODUTORES

Em outro pronunciamento, Emília Fernandes se mostrou confiante em que a área econômica do governo adotará nos próximos dias medidas concretas para viabilizar os recursos "já prometidos" - Pronaf especial - para os pequenos produtores. E lembrou que, apesar de o governo já haver anunciado de público a decisão de alocar recursos para esse setor, "está faltando uma medida concreta".

Abdias pede medidas em defesa da criança

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) destacou ontem a necessidade de uma "vontade política mais poderosa" por parte dos governos no sentido de implementar leis e medidas complementares que visem melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes e evitar violações a seus direitos.

Ele enfatizou a preocupação das Nações Unidas em adotar programas relativos à criança, e defendeu parcerias entre governos, organismos internacionais e todos os setores da sociedade civil, em particular as organizações não-governamentais (ONGs), para atingir os objetivos previstos na Convenção sobre os Direitos da

Criança.

- Nessa perspectiva - disse - a educação é vista como instrumento básico, devendo orientar-se para o desenvolvimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, à Carta das Nações Unidas e às diferentes culturas, assim como à preparação da criança para uma vida responsável, numa sociedade livre, baseada na compreensão, na paz, na tolerância, na igualdade de gênero e na amizade entre povos e grupos étnicos.



Para Abdias, falta vontade política

Leonel critica ineficácia da polícia do Distrito Federal

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) disse ontem que segurança não é retirar invasores de prédios públicos, "é não deixar que o bandido entre na casa da gente". O comentário foi feito a propósito da recente ocupação do Ministério da Reforma Agrária pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Para o senador, não basta o governo do Distrito Federal afirmar, através de seu secretário de Comunicação, que foi feito todo o esforço para que, sem violência, os sem-terra saíssem do prédio ocupado.

Na opinião do senador, é exatamente por não ser essa a forma de garantir a segurança pública na Esplanada dos Ministérios que o ministro Raul Jungmann afirmou que vai sugerir ao presidente da República que o governo do DF seja substituído na tarefa de cuidar da segurança naquela área.